

---

**GÊNERO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE NA CIDADE DE MARINGÁ<sup>i</sup>**

---

**Resumo:**

O objetivo deste artigo é tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá. Tendo como principais aportes teóricos a compreensão sobre gênero e produção do espaço urbano, além de perspectivas sobre políticas públicas e habitacionais que alcançam as necessidades das mulheres. Por meio de abordagem qualitativa-descritiva, foi realizada a análise de dados secundários, obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro (FJP), a Companhia de Habitação do Paraná, e Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá. Evidenciou-se que as mulheres lideraram o déficit habitacional segundo sexo do responsável pelo domicílio no período de 2016 a 2019. A cidade de Maringá apresenta iniciativas voltadas para as mulheres, com destaque para o Programa Qualifica Mulher, Programa Proteção e Dignidade e o Conselho Municipal da Mulher de Maringá e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Mariá. Outra iniciativa de impacto é a disponibilização do botão do pânico que garante a segurança de mulheres vítimas de violência. Os resultados evidenciam a necessária discussão sobre o desenvolvimento de políticas urbanas mais inclusivas e equitativas, a partir de uma perspectiva de gênero. Especificamente sobre a cidade de Maringá, é necessário um maior relacionamento entre as iniciativas promovidas para as mulheres com as políticas habitacionais, visando a redução do déficit habitacional para essa população.

**Palavras-chave:** Mulheres, Gênero, Produção do espaço urbano, Maringá.

**GENDER AND THE PRODUCTION OF URBAN SPACE: AN ANALYSIS IN THE CITY OF MARINGÁ****Abstract:**

The aim of this article is to provide initial reflections on the category of gender and its relationship with the production of urban space in the city of Maringá. The main theoretical contributions are an understanding of gender and the production of urban space, as well as perspectives on public and housing policies that meet women's needs. A qualitative-descriptive approach was used to analyze secondary data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the João Pinheiro Foundation (FJP), the Housing Company of Paraná, and the Observatory of the Metropolis - Maringá Center. It was found that women led the housing deficit according to the sex of the person responsible for the household in the period from 2016 to 2019. The city of Maringá has initiatives aimed at women, in particular the Qualifica Mulher Program, the Protection and Dignity Program and the Maringá Municipal Women's Council and the Maria Mariá Women's Reference and Care Center. Another impactful initiative is the availability of the panic button, which guarantees the safety of women victims of violence. The results highlight the need to discuss the development of more inclusive and equitable urban policies from a gender perspective. Specifically in the city of Maringá, there is a need for a greater relationship between the initiatives promoted for women and housing policies, aiming to reduce the housing deficit for this population.

**Key-words:** Women, Gender, Production of urban space, Maringá.

## 1. Introdução

A temática sobre a produção do espaço urbano e o gênero evidencia efeitos silenciados e invisibilizados desse processo histórico que permeia a realidade, principalmente das mulheres. Alguns desses efeitos dizem respeito ao direito de ir e vir, o acesso a serviços públicos, a participação nas decisões políticas, assédio e isolamento social (Franco, Francisco & Tavares, 2017). Aspectos que precisam ser discutidos por refletirem a segregação existente na forma de organizar o espaço urbano, que hoje sustenta o antagonismo: espaço público (masculino) e espaço privado (feminino). As cidades estão estruturadas para atender às necessidades capitalistas de produção, ou seja, segundo Rolnik (2023), a cidade é “pensada na relação casa/trabalho e não na multiplicidade de percursos que a maior parte das mulheres tem que fazer”, como por exemplo ir ao supermercado e buscar o filho na escola..

Para Casimiro (2021), para que a cidade seja funcional à mulher é preciso que ela perceba a presença feminina, o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade. As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados. A autora ainda aponta que as mulheres brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias, possuem expectativa de vida de 77 (setenta e sete) anos de idade, equivalente a 51,4% da população brasileira atual.

Nesse sentido, o debate sobre a produção do espaço urbano, tangencia um aspecto de grande importância, a moradia e políticas habitacionais que atendam à dinâmica da vida da mulher. No Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro (2021), nos domicílios em que as mulheres são responsáveis, há um déficit habitacional de 62,2%. No Paraná, esse déficit é de 61,0%, tendo em consideração “que as estimativas apontam que as mulheres são a pessoa de referência de 3,523 milhões (60,0%) os domicílios com déficit habitacional no Brasil” (Fundação João Pinheiro, 2021, p. 134).

Por conseguinte, o debate sobre a produção do espaço urbano para as mulheres inclui diversas dimensões, as mesmas que são pilares de sustentação do direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a material. Sob tal perspectiva, cabe destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como as ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos como o transporte público (Casimiro, 2021).

Atualmente, estudos têm elencado a singularidade da participação das mulheres nas lutas feministas nos movimentos sociais organizados. Seja pela igualdade de gênero, por moradia, por segurança, ou por creches (Andrade & Nunes, 2020; Helene, 2019). Essas lutas demonstram como os reconhecimentos das diferentes demandas a partir da perspectiva de gênero corroboram em como as mulheres vivem a cidade, “não apenas a mulher branca, classe alta, cisgênero e heterossexual, mas também a mulher negra, periférica, transexual e homossexual” (Andrade & Nunes, 2020, p. 14). Embora existam algumas iniciativas que reconhecem a importância de considerar a questão de gênero em diferentes contextos, inclusive na política habitacional, tal como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ainda há muito a avançar no que se refere à igualdade de oportunidades para as mulheres em várias esferas, incluindo o acesso à moradia.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá. Cidade localizada no Norte

Central do Paraná, Maringá, segundo o IBGE (2022), possui quase 410 mil habitantes por quilômetro quadrado e é classificada como Capital Regional B, embora não possua características de capital. Capital Regional B (IBGE, 2022) ou Área de Concentração de População (APC), diz respeito “a área urbana com alguma contiguidade de ocupação [...], dados o tamanho e a densidade da população, o grau de urbanização, a coesão interna da área, resultando em deslocamentos da população para trabalho ou estudo” (Observatório das metrópoles, 2015, p.71).

Maringá é considerada como polo regional e tem sua região metropolitana composta por mais cinco cidades: Sarandi, Paiçandu, Mandaguari, Marialva e Floresta. Conforme o censo do IBGE (2010), a maioria da população residente em Maringá era composta por 185.353 mulheres, e 171.724 homens. Dado que justifica a necessidade de discussões sobre a produção do espaço urbano de modo a atender também a necessidade das mulheres.

Dessa forma, surge o questionamento sobre **quais elementos podem ser investigados para compreender as relações de gênero e produção do espaço urbano na cidade de Maringá?** Compreender essa relação é fundamental para uma análise mais abrangente da influência do gênero na produção e ocupação do espaço urbano. Pontua-se, ainda, que nos últimos anos, a participação das mulheres em movimentos sociais pró moradia, tem ganhado maior visibilidade (Helene, 2019).

À vista disso, este artigo baseia-se em uma abordagem qualitativa-descritiva, para a compreensão dessa relação específica na cidade de Maringá e deriva de análise de dados secundários, publicados em provedores de dados como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação João Pinheiro – FJP, a Companhia de Habitação do Paraná, e Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá. Dessa forma, será possível elucidar e justificar a relação entre a produção de espaços urbanos e o papel do gênero. Por fim, espera-se identificar lacunas e evidenciar direcionamentos para futuras pesquisas, como também apresentar resultados capazes de contribuir para o desenvolvimento de políticas urbanas mais inclusivas e equitativas.

## 2. Referencial teórico

De modo a contemplar o objetivo e esclarecer melhor os elementos formadores desse trabalho, essa revisão foi dividida em Produção do Espaço Urbano e Gênero, e Políticas Habitacionais no Brasil e em Maringá.

### 2.1 Produção do espaço urbano e o gênero

A produção do espaço urbano é um fenômeno complexo que envolve uma série de fatores e atores, que compõem de forma singular e coletiva a configuração e transformação das cidades (Schuhardt & Chagas, 2022). Para Oliveira et al. (2019, p.280), as cidades são resultado das relações humanas, logo a produção do espaço é também uma “produção social de expressão espacial e territorial das sociedades que elas abrigam e expressam as contradições e os antagonismos da sociedade em geral.” Paulo (2019, p.33), contribui ao pontuar que o espaço urbano é também “resultado do efeito das ações das sociedades sobre ele”, o que permite inferir aspectos sociais em sua produção, como o papel do gênero e, conseqüentemente, as desigualdades que surgem nesse cenário.

Dessa forma, compreende-se que no espaço urbano é possível observar aspectos de temporalidade e modificáveis (Corrêa, 2014). Esses aspectos mudam de acordo com a forma que a sociedade molda o seu espaço, de modo a se apropriar de tal forma a atender suas necessidades, segundo Carlos (2013, p. 55):

[...] a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo. (Carlos, 2013, p. 55)

Corrêa (2014, p.43) argumenta que a produção do espaço urbano, não acontece como a mão invisível da economia, mas sim “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias”. Dessas interações discorrem os conflitos, as segregações e evidenciam-se aspectos relativos ao gênero. Os agentes sociais usufruem de autonomia para “fazer e refazer a cidade” (Schuhardt & Chagas, 2022, p. 44) e são classificados, segundo Corrêa (2014) em: (1) proprietários do meios de produção; (2) proprietários fundiários; (3) promotores imobiliários; (4) Estado; e, (5) grupos sociais excluídos. Como consequência, o espaço urbano surge das relações de poder existentes entre os agentes, ora prestigiando grandes indústrias, ora privilegiando a obtenção de lucros, ora silenciando, por sua vez, as necessidades dos menos favorecidos.

À vista disso, ao abordar a análise de gênero, Casimiro (2021), corrobora ao evidenciar que a cidade reflete e reproduz as desigualdades, muitas vezes ignorando ou excluindo as necessidades, desejos e experiências das mulheres na produção e uso do espaço urbano. Como resultado, muitas mulheres, especialmente aquelas que vivem em situação de pobreza, são desproporcionalmente afetadas pela insegurança habitacional, pela falta de serviços públicos e pela violência urbana (Andrade & Nunes, 2020; Helene, 2019).

Para lidar com esse cenário, as mulheres incluem-se no processo decisório participando de movimentos sociais e lutas por direitos, como moradia, serviços públicos e segurança (Helene, 2019). Suas lutas são em prol do espaço urbano mais inclusivo e equitativo, que leve em consideração as experiências, perspectivas e necessidades do gênero. Isso posto, questiona-se qual o lugar da mulher na sociedade? Calás e Smircich (1998, p.280), lembram a situação da mulher e sua vida social ao pontuarem que “as mulheres não votavam, não podiam ter propriedades em seu nome e, com a transição de uma forma de produção econômica centrada no lar para uma economia industrial, foram gradativamente se tornando mais isoladas e dependentes”.

Por conseguinte, o feminismo surge nesse cenário como forma de luta, denúncia e resistência às formas de opressão contra a mulher. E, principalmente aspectos que colocam em superioridade o sexo masculino em detrimento do feminino.

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados... As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres,...., assinalando-lhes a postura correta do corpo,...., enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (Bourdieu, 1999, p.34)

No Brasil, após 1930, a mulher conquista o direito ao voto e pouco a pouco vem garantindo presença em outros espaços como a escola, a universidade, o trabalho e a política (Calás & Smircich, 1998). Mas tudo isso, ainda é muito recente e muitas lutas estão limitadas por sua característica pervasiva (Steil, 1997). Ou seja, a pervasividade, diz respeito às restrições relativas ao gênero, que estão presentes em todos os lugares, mas não são de fácil distinção (Steil, 1997). Portanto, há de se concordar com Capelle *et al.* (2004, p.3), que “as relações de gênero, portanto, são percebidas como mecanismos e práticas sociais que são instituídos e instituem ações e comportamentos” que resultam em uma “ordem social como produto da atividade humana.”

O gênero tem sido reconhecido como uma importante variável que influencia a dinâmica urbana. Em um cenário de desigualdades a utilização da categoria gênero evidencia e sustenta esse campo de luta como marca central, referindo-se dessa forma “à organização social da relação entre os sexos” (Cordeiro, 2018, p. 29). Embora a literatura tenha diversas perspectivas no campo da

produção de espaços urbanos, existe uma lacuna em relação à compreensão da relação entre a produção de espaços urbanos e as relações de gênero (Casimiro, 2021).

Gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. O gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social, em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (Goldani, 1999, p.6).

Nas palavras de McDowell (1999), o gênero é uma maneira de significar as relações de poder que estruturam as práticas sociais e espaciais e moldam as experiências individuais e coletivas no espaço urbano. Nesse sentido, a compreensão da produção do espaço urbano a partir de uma perspectiva de gênero é fundamental para promover cidades mais justas, inclusivas e equitativas (Schuhardt & Chagas, 2022). Para isso, é necessário desafiar as práticas e estruturas de poder existentes e promover políticas e ações que valorizem e incluam as experiências das mulheres na produção do espaço urbano (Helene, 2019; Schuhardt & Chagas, 2022). Uma discussão muito pertinente diz respeito às políticas habitacionais para este público. Sendo assim, a seção a seguir apresenta um histórico dessas políticas no Brasil e na cidade de Maringá.

## 2.2 Um breve histórico sobre as políticas públicas habitacionais no Brasil

Ao longo da história do Brasil, as políticas habitacionais evoluíram em resposta às demandas da população urbana, especialmente dos segmentos mais vulneráveis. O marco inicial foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, com o propósito de atender às necessidades habitacionais dos estratos mais pobres da sociedade urbana (Farret, 2006). Contudo, a FCP enfrentou desafios e foi extinta em 1964, dando lugar ao Banco Nacional da Habitação (BNH) (Bonduki, 2008).

Durante o período de 1964 a 1986, o BNH desempenhou um papel central nas políticas habitacionais brasileiras, financiando a construção de milhões de moradias. No entanto, foi alvo de críticas por privilegiar a classe média, negligenciando as necessidades da população de baixa renda (Maricato, 2006). A extinção do BNH em 1986 resultou em um vácuo nas políticas habitacionais efetivas, levando a um aumento da informalidade na produção habitacional (Cardoso, 2006).

A virada do século trouxe mudanças significativas com a criação do Ministério das Cidades em 2003 e do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009 (Rolnik, 2013). O MCMV se tornou a principal política habitacional no Brasil, visando atender diversos segmentos da população por meio de diferentes faixas de financiamento (Brasil, 2009). No entanto, críticas similares às direcionadas ao BNH surgiram, apontando para a ênfase na quantidade em detrimento da qualidade das habitações e da infraestrutura urbana (Cardoso et al., 2013; Rolnik, 2013).

O Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1 (PMCMV) também busca atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, no entanto uma grande crítica a essa iniciativa diz respeito à localização e infraestrutura urbana, pois privilegiam áreas afastadas dos centros urbanos. Fato que reforça características como isolamento e segregação das mulheres (Cardoso et al., 2013).

A descentralização das políticas habitacionais, com maior participação de governos estaduais e municipais, tornou-se uma tendência recente (Ferrari & Moreira, 2020). No Paraná, essa tendência reflete esforços contínuos para reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de moradia para a população de baixa renda. A criação do Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná - SISPEHIS-PR e a elaboração do PEHIS-PR, Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, demonstram uma abordagem mais monitorada e sistêmica, capaz também de acompanhar e avaliar as condições habitacionais e de urbanização no estado. O PEHIS-PR realizou sua última pesquisa em 2019 com base no SISPEHIS, estimando as necessidades habitacionais até 2023. Para atualizar o sistema, os 399 municípios do estado precisam inserir suas respectivas necessidades

habitacionais. Em 2019, 91% dos municípios atualizaram seus dados, em comparação com 94% em 2015 (Paraná, 2019). No entanto, é importante destacar que os critérios de avaliação do PEHIS-PR, baseados no PLANHAB - Plano Nacional de Habitação, podem não considerar adequadamente as necessidades habitacionais específicas das mulheres.

Apesar dos esforços, os desafios persistem, especialmente na integração das políticas habitacionais com outras esferas urbanas, como transporte e infraestrutura (Pinheiro & Gomes, 2021). É crucial destacar que as mulheres, em particular as chefes de família, têm sido historicamente sub-representadas nas estatísticas de déficit habitacional (Fundação João Pinheiro, 2021).

Nesse contexto, é essencial destacar leis e políticas que buscam incorporar a perspectiva de gênero. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), embora não diretamente ligada à habitação, desempenha um papel crucial na consideração da violência de gênero, contribuindo para um ambiente propício ao acesso igualitário à moradia. Conforme dados disponibilizados pelo 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, referentes ao crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022, o local de maior ocorrência de feminicídios, “7 em cada 10 vítimas foram mortas dentro de casa. Já nos demais assassinatos de mulheres, a via pública foi o lugar mais frequente, representando o local da morte de 36,5% dos casos, seguido da residência (34,9%).” (Bueno et al. 2023, p. 144).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) destaca a necessidade de garantir igualdade de oportunidades para as mulheres em várias esferas, incluindo o acesso à moradia. A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) reconhece a importância de considerar a questão de gênero em diferentes contextos, inclusive na política habitacional.

Um estudo conduzido por Rolnik (2012), ressalta que o direito à moradia está intrinsecamente ligado à segurança da posse, sendo crucial para proteger e garantir autonomia às mulheres ameaçadas ou vítimas de violência. Reconhecendo a importância do direito à moradia para a mulher foram criadas as Leis Federais nº 11.977/2009 e 12.693/2012, relacionadas ao PMCMV, que buscam formalizar contratos em nome das mulheres, promovendo a equidade na posse de propriedades.

A Deliberação nº002/2018 – CEDM/PR, proveniente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), representa um avanço significativo na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas estaduais. A aprovação do Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná evidencia o compromisso do Estado em promover a igualdade de gênero na produção e ocupação do espaço urbano.

Diante desse panorama, a participação ativa de organizações especializadas, como o CEDM/PR, na formulação e aprovação de políticas habitacionais inclusivas é essencial. Essa abordagem integrada e abrangente é fundamental para criar um ambiente urbano que atenda às necessidades específicas das mulheres, contribuindo para a construção de cidades mais justas e igualitárias (Amanajás & Klug, 2018).

### 3. Procedimentos metodológicos

O presente estudo se caracterizou como uma pesquisa de natureza qualitativa de cunho exploratório-descritivo, adotando um tipo de corte transversal. A pesquisa qualitativa é descrita por Godoy (1995) como uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão de características complexas do objeto estudado.

A coleta de dados foi baseada em pesquisa bibliográfica documental, utilizando como fontes secundárias relatórios e dados provenientes de instituições amplamente reconhecidas, como o IBGE, a FJP, a Companhia de Habitação do Paraná, e o Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá. Essa abordagem está em consonância com a descrição de Godoy (1995) sobre os diferentes tipos

fundamentais de pesquisa qualitativa, que destacam a pesquisa documental como um caminho para um estudo amplo e rico.

Algumas indagações nortearam esse estudo como: quem são os agentes sociais e quais processos influenciam a produção do espaço urbano em Maringá? Como o gênero se relaciona com essa produção? Quais foram as iniciativas na cidade que consideraram as especificidades das mulheres nesse processo? Como a categoria gênero se relaciona com a produção do espaço urbano na cidade?

#### 4. Análise de dados

De modo a cumprir com o objetivo de tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá, será feita uma explanação dos principais resultados evidenciados nas bases de dados pesquisadas. Segundo a 18ª edição do Anuário Multi Cidades Finanças dos Municípios do Brasil, a cidade de Maringá é a 3ª do Sul que mais investe em infraestrutura (Multicidades, 2022), em destaque para a educação e transporte (Saldanha, 2022).

Em conformidade com os dados obtidos, com relação ao déficit habitacional, vale considerar a existência de duas abordagens: Quantitativa - avalia a necessidade de produção de novas moradias -, e, Qualitativa - se baseia em todas as áreas passíveis de urbanização e regularização urbana (PARANÁ, 2019). O PEHIS-PR, utiliza a abordagem quantitativa e qualitativa, para monitorar e avaliar o déficit habitacional do Estado (Paraná, 2019). Dessa forma, é possível vislumbrar um panorama mais preciso e detalhado do déficit habitacional, sendo uma referência para o planejamento de políticas habitacionais no Estado. A utilização dessas metodologias permite a identificação de áreas que demandam intervenção, como também orienta programas e linhas de financiamento específicas. Além de fornecer o georreferenciamento e registro fotográfico das áreas mapeadas, subsidiando uma política habitacional adequada à realidade de cada município (Paraná, 2019).

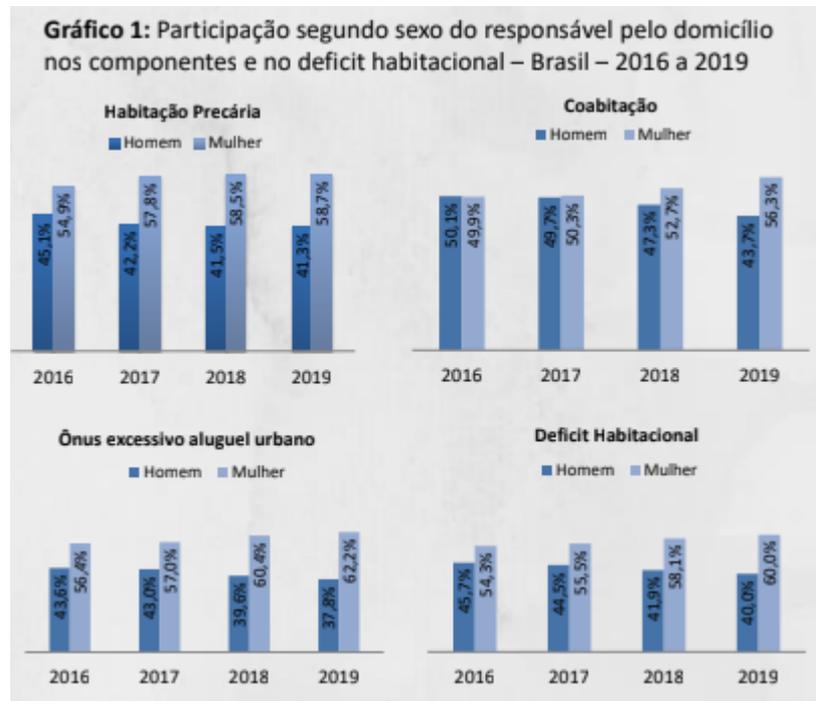
De acordo com a pesquisa de necessidades habitacionais realizada pela PEHIS-PR em 2019, o déficit habitacional no Paraná foi expressivo. O déficit quantitativo urbano é de 322.533 domicílios, sendo que 41.711 domicílios voluntários de reassentamento. O déficit qualitativo urbano é de 152.144 domicílios. Somando-se os déficits quantitativo e qualitativo, o déficit habitacional urbano total é de 474.677 domicílios. Além disso, há um déficit rural de 37.069 domicílios. O déficit total do estado é de 511.746 domicílios (Paraná, 2019)

De acordo com a pesquisa, a cidade de Maringá está entre as 30 cidades do estado do Paraná com maior déficit habitacional do Estado (Paraná). A pesquisa mostra que Maringá tem um déficit habitacional de 4.602 casas, sendo 4.572 domicílios relacionados ao déficit quantitativo urbano e 30 domicílios relacionados ao déficit qualitativo urbano.

A Fundação João Pinheiro (2021) mostra que nos domicílios em que as mulheres são responsáveis, há um déficit habitacional de 62,2% no Brasil e de 61,0% no Paraná. Isso significa que há falta de moradia e as que existem são inadequadas em sua maioria para as mulheres, o que evidencia a necessidade de políticas habitacionais que considerem as especificidades de gênero.

Um dos dados da FJP (2021) que chamam atenção, é em relação ao déficit habitacional segundo sexo do responsável pelo domicílio no período de 2016 a 2019, no qual as mulheres lideram. Figurando assim, as que detêm a maior falta de habitação ou habitações em condições inadequadas, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes e no deficit habitacional – Brasil – 2016 a 2019.



Fonte: FJP, 2021

Ainda com base no Gráfico 1, pode-se inferir que em relação ao ônus excessivo, em 2019, aproximadamente 62% das pessoas de referência no domicílio eram mulheres. Por outro lado, no quesito habitação precária, a participação das mulheres (59%) e dos homens (41%) mostrou-se imutável durante os quatro anos. Sobre a coabitação, houve aumento da participação dos domicílios com mulheres como pessoas de referência de 50% (2016) para 56% (2019).

Por outro lado, conforme o relatório do PEHIS-PR, “o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, não deu conta de suprir o déficit habitacional urbano, principalmente o qualitativo, mesmo no auge de seus investimentos”, referente a pesquisa realizada em 2019 (Paraná, 2019, p. 21). Isso é evidenciado no *site* da Prefeitura de Maringá, no qual do ano de 2019 a junho de 2023, constam 7.586 nomes na lista de espera por habitação.

Para Cardoso et al. (2013) as condições de urbanidade do programa Minha Casa Minha Vida, apontam a importância de considerar aspectos como localização das habitações, qualidade das construções e criação de infraestrutura urbana. Essas questões são relevantes para garantir que as políticas habitacionais sejam efetivas e inclusivas também para as mulheres.

Incluir a mulher na produção do espaço urbano, não diz respeito apenas a atender suas necessidades relativas a infraestrutura e empregabilidade, mas também questões ligadas à promoção da sua dignidade e visibilidade como mulher e sobretudo como pessoa. Sob outra perspectiva, Schuhardt e Chagas (2022), fizeram uma análise sobre o direito à cidade e ao gênero. Os autores, apresentaram o Conselho Municipal da Mulher de Maringá (CMMM), como aquele que tem por objetivo “assegurar à mulher a participação e conhecimento de seus direitos como cidadã, nas questões de gênero [...] e atuar no controle social de políticas públicas” (Prefeitura Municipal de Maringá, 2023). Dentre as iniciativas propostas, Schuhardt e Chagas (2022), destacam-se aquelas

relativas à segurança, mobilidade urbana, localização da delegacia da mulher e inclusive, agenda dos campos de futebol públicos da cidade aos grupos de futebol feminino.

A agenda mundial da Cúpula das Nações Unidas criou em 2015, 169 metas a serem atingidas até 2030, as quais distribuem-se entre 17 objetivos denominados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre eles estão: ODS-1: erradicação da pobreza; ODS-3: saúde e bem-estar; ODS-5: igualdade de gênero; e, ODS-10: redução das desigualdades. De modo a atender, especificamente aos 4 objetivos supracitados, destacam-se 2 Programas da Prefeitura Municipal de Maringá, juntamente com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres: Programa Qualifica Mulher e Programa Dignidade e Proteção.

O Programa Qualifica Mulher tem como objetivo promover qualificação, empoderamento e independência financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio de cursos profissionalizantes na área de costura, culinária, estética e cuidadora. Os cursos, são oferecidos ao longo do ano e são promovidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, ambos com pólos na cidade de Maringá. Em 2021, o Programa alcançou 500 mulheres; em 2022, foram 524. No último ano, 2023, mais de 650 mulheres foram atendidas, dentre as 47 turmas de 26 cursos diferentes (Prefeitura Municipal de Maringá, 2023). Saldanha (2024) destaca que “o número de turmas foi ampliado em 56% e as opções de cursos aumentaram 85% em relação ao ano de 2022 para garantir novas oportunidades de formação às mulheres”.

Já o Programa Dignidade e Proteção, teve início em 2021, com o objetivo de distribuir de forma gratuita absorventes íntimos, coletores menstruais e absorventes ecológicos à pessoas que menstruam e se encontram em vulnerabilidade social (Saldanha, 2023). O programa atende também alunas do ensino fundamental da rede pública, mulheres em situação de rua, privadas de liberdade e também àquelas cadastradas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Essa iniciativa, não promove apenas o resgate da dignidade e prevenção de problemas de saúde, mas também combate a evasão escolar de meninas, devido a falta de absorventes. O programa Dignidade e Proteção recebeu o Prêmio Gestor Público do Paraná em 2022. A Prefeitura Municipal de Maringá, destina anualmente R\$ 500 mil para a compra dos itens (Saldanha, 2023). Em números, “o município distribuiu 20.920 pacotes com oito unidades de absorventes para pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. O número foi 253% maior em relação a 2022 com a entrega de quase 15 mil pacotes a mais” (Saldanha, 2024)

Outra iniciativa da Prefeitura Municipal de Maringá, da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e da Guarda Municipal, é a distribuição do ‘botão do pânico’. A ferramenta tem o objetivo de garantir a proteção e a segurança de mulheres vítimas de violência, mais especificamente àquelas acompanhadas por medidas protetivas (Chacon, 2023). O ‘botão do Pânico’ funciona da seguinte forma: assim que for acionado, é enviado um alerta para a central de monitoramento da Guarda Civil Municipal, que atende com prioridade ao receber a localização da vítima, via GPS (Chacon, 2023). Assim, a guarda municipal consegue interceptar. O ‘botão do pânico’ começou a ser distribuído no fim de 2019 e já salvou a vida de muitas mulheres. Atualmente, em Maringá existem 54 dispositivos em uso. Para receber o dispositivo, as vítimas são atendidas previamente pela equipe técnica do Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Mariá (CRAMMM), que faz o encaminhamento para o Poder Judiciário, que posteriormente autoriza o uso (Chacon, 2023).

A Secretaria da Mulher de Maringá (SeMulher) e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Mariá (CRAMMM), realizam ao longo do ano ações de conscientização sobre a violência contra a mulher, como palestras em empresas, escolas, universidades e comunidade. Além disso, o CRAMMM, desde 2006, oferece atendimento e acompanhamento sócio-psicológico e orientação jurídica a mulheres em situação tanto de violência como de vulnerabilidade. O intuito

principal é assegurar a dignidade da mulher e seu acesso às políticas públicas em defesa de seus direitos (Prefeitura Municipal de Maringá, 2021). Segundo Saldanha (2024) a “Prefeitura de Maringá [...] por meio do Centro de Atendimento à Mulher (CRAMM), realizou 1.294 atendimentos nas áreas de serviço social e psicologia em 2023.”

Embora essas iniciativas promovidas pela Prefeitura Municipal de Maringá às mulheres sejam importantes, uma vez que objetivam desenvolver ações que atendam as necessidades e procuram oferecer uma cidade mais segura para se viver, com mais oportunidades de emprego e apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica, destaca-se a necessidade de um maior relacionamento dessas com as políticas habitacionais, visando a redução do déficit habitacional para essa população.

### 5. Considerações finais

Neste artigo, buscamos tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá. Através da análise de dados secundários, como relatório do IBGE, FJP, a Companhia de Habitação do Paraná e Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá.

A produção do espaço urbano é regida por relações de poder que, por vezes, ignoram as necessidades e experiências das mulheres. As cidades foram idealizadas e construídas a partir de uma perspectiva masculina, desconsiderando a presença e participação das mulheres nas decisões. Isso resulta em espaços públicos inadequados, com pouca iluminação, ruas sem saída, falta de serviços essenciais relacionados à saúde e educação, e, que influenciam diretamente na violência urbana. Essas características afetam diretamente as mulheres, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, é fundamental compreender a produção do espaço urbano, a partir de uma perspectiva de gênero, para promover cidades mais justas e equitativas. Isso requer desafiar as práticas e estruturas de poder existentes, elevar e incluir as experiências das mulheres em seu cotidiano no espaço urbano. A participação das mulheres nas decisões sobre o desenho, uso e ocupação da cidade é essencial para garantir espaços urbanos mais inclusivos.

Vale pontuar que como alternativa, muitas mulheres tem participado de movimentos sociais, que lutam em prol de melhorias nas condições de vida na cidade. Movimentos feministas, por exemplo, se organizam em defesa da igualdade de gênero, como também moradia, segurança e outros direitos.

Dessa forma, no âmbito das políticas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, é necessário avaliar sua capacidade e abordagem em relação às necessidades das mulheres. A localização das habitações, a qualidade das construções e a criação de infraestrutura urbana são aspectos que devem ser considerados para garantir políticas habitacionais mais inclusivas. Os aspectos supracitados são demonstrações de que a perspectiva de gênero ainda não está completamente incorporada nas políticas habitacionais brasileiras, embora existam avanços como a formalização de contratos de moradia em nome das mulheres.

Com relação às iniciativas, a Cidade de Maringá apresenta iniciativas e programas ativos durante todo o ano. Com destaque para a atuação do Conselho Municipal da Mulher, que busca promover a participação das mulheres nas questões de gênero e garantir o conhecimento e exercício de seus direitos como cidadãs. Vale destacar, ainda o Programa Qualifica Mulher, que junto com os parceiros SENAI e SENAC, promove cursos profissionalizantes para empoderar e garantir renda para mulheres; e, o Programa Proteção e Dignidade, que com a colaboração não apenas da Prefeitura, mas também da comunidade, realiza a doação de absorventes e coletores menstruais, e como resultado

combateu a evasão escolar, como também contribuiu com a prevenção de problemas de saúde e dessa forma, promoveu o resgate da dignidade de muitas meninas e mulheres.

Ainda assim, existem muitos desafios a serem enfrentados, como a redução do déficit habitacional e a criação de políticas habitacionais mais equitativas e inclusivas. Vale salientar, inclusive, as limitações encontradas nesta pesquisa, embora com abordagem inicial, observou-se que muitos dados encontrados nas bases de dados não apresentam divisão por gênero e por Estado, o que dificulta a obtenção de números precisos sobre o déficit habitacional, por exemplo. Os dados encontrados nas pesquisas realizadas pela Companhia de Habitação de Maringá, demonstraram as necessidades habitacionais como um todo, sem evidenciar questões específicas dos municípios.

Por fim, propõe-se pesquisas que considerem as mudanças estruturais na formação das famílias e buscar principalmente exemplos que demonstrem a capacidade do gênero feminino para outras atividades laborais que realmente permitam a inclusão e equidade. Outra sugestão é a análise das diferentes dimensões da produção do espaço urbano, considerando questões relativas ao direito à cidade, como acesso a serviços públicos, segurança e mobilidade urbana.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, J. G. B. de; Nunes, S. M. M. (2020). Como o planejamento urbano tem falhado em assegurar o direito das mulheres à cidade. *Hum@nae: questões controversas do mundo contemporâneo*, 14(01), 01-19.
- Amanajás, R., & Klug, L. B. (2018). Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In *A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação* (pp. 29-44). Brasília: Ipea.
- Bonduki, N. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Brasil. (2009). Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 jul. 2009.
- Bueno, S.; Martins, J.; Lagreca, A.; Sobral, I.; Barros, B.; Brandão, J.(2023). O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 136-145. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- Calás, M. B.; Smircich, L. (1998). Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Cardoso, A. L. (2006). O BNH e a questão urbana: políticas e reformas institucionais para o setor de habitação no Brasil. In: Cardoso, A. L.; Aragão, T. (Orgs.). *Reforma urbana: o que ainda deve ser feito* (pp. 119-137). Rio de Janeiro: Letra Capital.

Cardoso, A. L.; et al. (2013). *Minha Casa Minha Vida – avaliação das condições de urbanidade. Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro: Letra Capital.

Casimiro, L. M. S. M. de. (2021). Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes. In: Viana, A. C. A. et al (coord.). *Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres*. vol. 1. 1. ed. Curitiba: GRD, v. 1, p. 27-34.

Chacon, C. (2023, 07 de março). *Guarda Civil Municipal atende dois chamados do 'Botão do Pânico' em fevereiro; agressores são presos*. Prefeitura de Maringá. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2023/03/07/guarda-civil-municipal-atende-dois-chamados-do-botao-do-panico-em-fevereiro-agressores-sao-presos/41185>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Cordeiro, F. A. (2018). O direito à cidade sob a perspectiva de gênero. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ, 16(60), 29-31.

Ferrari, D. L.; Moreira, G. A. (2020). Política habitacional no Brasil: do BNH ao MCMV. *Revista Propriedade Direito & Desenvolvimento*, 2(2).

Farret, R. L. (2006). *Cinquenta anos de política habitacional no Brasil: uma análise*. Porto Alegre: UFRGS.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.

Helene, D. (2019). Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrop.*, 21(46), 951-974.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Censo Brasileiro de 2023*. Rio de Janeiro: IBGE.

Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.

Martinez, J.; Costa, M. V. (2021). O papel do gênero nas políticas habitacionais: uma análise a partir das experiências das mulheres. *Revista Direito e Práxis*, 12(1).

Observatório das Metrôpoles. (2015). *Maringá: transformações na ordem urbana*. Edição: Ana Lúcia Rodrigues. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Oliveira, A. P. (2016). *Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá].

Schuhardt, O. L.; Chagas, P. B. (2022). Direito à cidade e gênero: Um estudo das perspectivas e ações do Conselho Municipal da Mulher de Maringá. In: *Maringá*. (1). Rio de Janeiro: Letra Capital.

Paulo, C. F. O. (2019). *(Des)(re) territorialização e produção do espaço urbano: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá].

Paraná. Governo do Estado do Paraná. (2020). *Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS-PR*. Curitiba.

Pinheiro, D. A.; Gomes, F. B. (2021). Política habitacional e política urbana: uma análise crítica a partir do Paraná. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 12(2), 3058-3078.

Prefeitura Municipal de Maringá. (2023, 21 de dezembro). *Programa Qualifica Mulher entrega certificados hoje*. HojeMais. Disponível em <<https://www.hojemais.com.br/maringa/noticia/geral/programa-qualifica-mulher-entrega-certificados-hoje>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Prefeitura de Maringá. (2021, 10 de dezembro). *O Centro de Atendimento à Mulher Maria Mariá está com endereço novo*. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/12/10/o-centro-de-atendimento-a-mulher-maria-maria-esta-com-endereco-novo/38962>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Prefeitura Municipal de Maringá. (2020). *Conselho Municipal da Mulher*. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/conferencia/?cod=cmmm>. Acesso em: 17 julho 2023.

Rolnik, R. (2013). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.

Rolnik, R. (2023, 09 de março). *As mulheres e o espaço urbano*. Jornal da USP. Disponível em <<https://jornal.usp.br/radio-usp/as-mulheres-e-o-espaco-urbano/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Saldanha, M. (2022, 20 de outubro). *Maringá é a 3ª cidade do Sul que mais investe em infraestrutura com R\$ 194 milhões em melhorias em 2021*. Prefeitura Municipal de Maringá. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/index.2017.visualizar-noticia.php/2022/10/20/maringa-e-a-3-cidade-do-sul-que-mais-investe-em-infraestrutura-com-r-usd-194-milhoes-em-melhorias-em-2021/40549>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Saldanha, M. (2023, 27 de outubro). *Provopar entrega 2,5 mil absorventes para programa da Prefeitura que garante acesso à higiene menstrual*. Prefeitura Municipal de Maringá. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2023/10/27/provopar-entrega-2-5-mil-absorventes-para-programa-da-prefeitura-que-garante-acesso-a-higiene-menstrual/41792>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Saldanha, M. (2024, 05 de janeiro). *Prefeitura mais que triplica distribuição gratuita de absorventes e amplia em 25% número de mulheres certificadas em cursos profissionalizantes em 2023*. Prefeitura Municipal de Maringá. Disponível em

<<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2024/01/05/prefeitura-mais-que-triplica-distribuicao-gratuita-de-absorventes-e-amplia-em-25-numero-de-mulheres-certificadas-em-cursos-profissionalizantes-em-2023/41975>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

Steil, A. V. (1997). Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, 32(3), 62-69.

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V18 (2023). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2022,

---

**<sup>i</sup> Autoria:**

Daniela Sousa - [pg404744@uem.br](mailto:pg404744@uem.br)

Valéria Abucarma Coplas Maximiano - [pg404749@uem.br](mailto:pg404749@uem.br)

Priscilla Borgonhoni Chagas - [pbchagas@uem.br](mailto:pbchagas@uem.br)

Juliano Domingues da Silva - [jdsilva2@uem.br](mailto:jdsilva2@uem.br)